

DF Policiais fora-da-lei e longe dos lotes

MARIA FERRI

DA EQUIPE DO CORREIO

Pagos com dinheiro do contribuinte para fazer cumprir a lei, policiais militares e bombeiros do Distrito Federal estão vendendo o que não poderiam vender: lotes no Recanto das Emas, Samambaia, Ceilândia, São Sebastião e Riacho Fundo. Os militares receberam os terrenos por meio de programas habitacionais do Governo do Distrito Federal. Atenderam aos critérios para conseguir o lote. Mas boa parte não mora, não construiu, tampouco ocupa o terreno. Alguns contemplados venderam, alugaram ou trocaram o lote.

Investigação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) concluiu que 120 lotes e bcos destinados aos militares foram comercializados. Beneficiados pelo programa Servir — Vilas Militares, os integrantes das corporações não poderiam repassar o terreno até completar cinco anos a partir da entrega da unidade habitacional. Por causa dessa infração, eles perdem a cessão de direitos e ficam impedidos de participar de outro programa. As áreas serão retomadas pela Seduh, e os ocupantes obrigados a deixar o local.

Uma comissão de sindicância foi criada pela Seduh para apurar a venda ilegal de lotes. As investigações começaram em 2001, logo após a entrega de 1.786 áreas, as primeiras do total de 2.486 do programa Servir. Os 120 processos foram concluídos nos últimos quatro meses, e há outros 200 em apuração. “As pessoas foram intimadas e contamos com a ajuda dos cartórios para localizar cessões que foram passadas a outras pessoas e procurações feitas pelos militares”, explica o presidente da comissão de sindicância da Seduh, João de Deus Torres.

Os aposentados Cristina Vasconcelos, 63 anos, e Manuel José de Santana, 74, não têm cessão de direitos, nem procuração. A casa onde moram na Expansão de Setor O fica num beco e está no nome do PM. As contas de água e luz também. “Eu estou aqui, mas não sou dono de nada. É estranho”, lamenta seu Manuel. *(Leia mais na página seguinte.)*

Cartórios

Nos próximos dias, a comissão vai tentar localizar novas cessões e procurações. Tentará identificar se os 700 militares recentemente beneficiados pelo programa estão repassando os lotes.

“A ajuda dos tabeliões está sendo eficiente e continuará a ser uma importante ferramenta, já que as denúncias por telefone e internet estão tímidas”, completa Torres. A secretaria programa uma campanha institucional para conscientizar as pessoas a não comprar lotes e bcos de militares e de outros beneficiados em programas habitacionais. “Além de perder dinheiro, quem comprou terá de sair da área”, avisa Torres. “É uma obrigação do governo destinar moradia a quem precisa. É inconcebível que alguém que recebe o lote disponha do bem”, completa a secretária de Habitação, Ivelise Longhi.